



ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – ECAD

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Em continuidade a 2015, o ano de 2016 manteve um alto grau de instabilidade econômica e política que impactou praticamente em todos os segmentos da sociedade brasileira. Somadas a isso, as disposições da Lei 12.853/13 reduzindo drasticamente a taxa de administração do Ecad fizeram com que uma severa política de redução de custos fosse implementada no Ecad, sacrificando o quadro funcional da entidade e impulsionando a adoção de medidas transformadoras das atividades operacionais.

Todavia, encarando com determinação os desafios do ano, o Ecad, mais uma vez, em 2016, superou as metas de arrecadação e distribuição estabelecidas por sua Assembleia Geral. Tal fato se deveu fundamentalmente aos esforços de toda equipe da organização.

Foi registrada uma arrecadação de **R\$1.043.216.781**, que superou em R\$ 4.932.947 o total da meta orçada para o ano. Em relação ao ano anterior, o valor arrecadado foi superado em R\$ 16.252.342, perfazendo um crescimento de **1,6%**.

No que tange à distribuição de valores aos titulares de direitos de autor e conexos, 2016 apresentou números bem significativos. O total distribuído foi de **R\$ 841.872.627**, representando um crescimento de **13,21%** em relação à meta estabelecida para o ano e um aumento de **9,09%** em relação ao ano de 2015. Foram contemplados **221.386** titulares, superando em **42,46%** o ano anterior.

Os esforços voltados para a contenção de custos acabaram por gerar um déficit operacional de **R\$ 603.616** e um déficit final de **R\$ 5.015.325**, já computadas as despesas extraordinárias decorrentes das adequações operacionais implementadas durante o exercício.

Muitas foram as atividades e os projetos desenvolvidos durante o ano de 2016. Seus resultados estão expostos detalhadamente neste relatório, mas é com grande prazer que ressaltamos as premiações recebidas ao longo do ano de respeitadas instituições como o Great Place to Work, IDG (International Data Group Inc.), IT Midia/IT Forum Expo, Conselho Regional de Contabilidade/RJ e Abrasca, os quais ao analisarem o desempenho do Ecad por meio das suas mais variadas áreas operacionais, premiaram a importância e a seriedade do trabalho desenvolvido pela organização.

Passamos, pois, ao detalhamento de todas as ações desenvolvidas em 2016, agradecendo o respeito e a confiança em nosso trabalho e mais uma vez chamando atenção para o comprometimento da equipe que, mais uma vez, superou desafios mantendo a qualidade do trabalho.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos suplementares.

Atenciosamente,

Gloria Braga
Superintendente Executiva

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.122.704	960.187
Arrecadação a receber	4	2.657	3.118
Adiantamentos às associações	5	69.143	57.791
Adiantamentos diversos	-	2.597	3.563
Direitos a receber	7	223	-
Despesas antecipadas	-	2.273	902
Total dos ativos circulantes		1.199.597	1.025.561
<i>Ativos não circulantes</i>			
Bloqueios judiciais	6	306	101
Depósitos judiciais	17	1.689	2.257
Direitos a receber	7	1.307	145
Aplicações financeiras	8	14.599	12.937
Despesas antecipadas	-	687	-
Imobilizado	9	16.948	15.312
Intangível	10	17.279	19.410
Total dos ativos não circulantes		52.815	50.162
Total dos ativos		1.252.412	1.075.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receita			
Taxa de administração – Arrecadação	19	136.083	149.792
Taxa de administração – Financeira	19	18.359	16.820
Receita operacional bruta		154.442	166.612
Despesas com pessoal	20	(86.395)	(84.372)
Despesas administrativas	21	(41.202)	(47.178)
Despesas tributárias	22	(3.501)	(3.524)
Despesas financeiras	23	(973)	(1.000)
Despesas com carnaval	24	(210)	(231)
Reversão / constituição de provisões para perdas	25	(1.162)	5.210
Outras receitas / despesas operacionais	26	(21.602)	(28.483)
Superavit / Deficit operacional antes da participação nos resultados		(603)	7.034
Participação dos empregados nos resultados	29	(4.412)	(6.816)
Superavit / Deficit do exercício		(5.015)	218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		3.564	3.861
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	11	2.331	2.625
Direitos arrecadados a classificar	12	3.760	1.076
Percentual societário de arrecadação	13	62.457	67.447
Direitos arrecadados a distribuir	14	900.656	773.472
Receitas financeiras a distribuir	15	127.492	70.132
Provisão para férias e encargos	16	5.709	5.401
Participação nos resultados	29	4.240	6.831
Outras obrigações	-	2.368	1.657
Total dos passivos circulantes		1.112.577	932.502
<i>Passivos não circulantes</i>			
Adiantamentos	-	80	120
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	17	8.016	7.303
Renovação de licença a pagar		650	-
Outras obrigações		306	-
Total dos passivos não circulantes		9.052	7.423
Patrimônio social	18	58	58
Superavit acumulado	-	130.725	135.740
Total do patrimônio líquido		130.783	135.798
Total do passivo e patrimônio líquido		1.252.412	1.075.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores expressos em milhares de reais

Descrição	Patrimônio social	Superavit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	58	136.002	136.060
Ajuste de exercícios anteriores	-	(480)	(480)
Superavit do exercício	-	218	218
Saldo em 31 de dezembro de 2015	58	135.740	135.798
Deficit do exercício	-	(5.015)	(5.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58	130.725	130.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos fluxos de caixa –
método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Valores expressos em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Superavit/Deficit do exercício	(5.015)	218
Ajustes em:		
Custo de ativo imobilizado baixado	18	189
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	713	(5.210)
Depreciação do imobilizado	4.207	2.750
Amortização do intangível	6.160	3.082
Ajuste de exercícios anteriores	-	(480)
Variação no capital circulante:		
(Aumento) redução arrecadação a receber	461	(590)
(Aumento) redução adiantamento a associações	(11.352)	(3.260)
(Aumento) redução adiantamentos diversos	966	(2.048)
(Aumento) redução despesas do exercício seguinte	(2.058)	61
(Aumento) redução depósitos judiciais e bloqueios judiciais	363	(170)
(Aumento) redução direitos a receber	(1.385)	804
Aumento (redução) fornecedores	(297)	1.918
Aumento (redução) impostos, taxas e contribuições a pagar	(294)	438
Aumento (redução) direitos arrecadados e classificar	2.684	(1.638)
Aumento (redução) percentual societário arrecadação	(9.749)	11.486
Aumento (redução) direitos arrecadados a distribuir	74.837	154.806
Aumento (redução) receita financeira distribuir	40.793	45.444
Aumento (redução) distribuição a identificar	73.673	(578)
Aumento (redução) provisão férias e encargos	308	7
Aumento (redução) participação nos resultados	(2.591)	767
Aumento (redução) outros passivos	711	485
Aumento (redução) adiantamentos	917	120
Caixa líquido gerado pelas (aplicado pelas) atividades operacionais	174.070	208.601
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Pagamentos na aquisição de imobilizado	(5.866)	(8.893)
Pagamentos relacionados a ativos intangíveis	(4.025)	(6.970)
(Aumento) redução aplicações financeiras	(1.662)	(2.949)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(11.553)	(18.812)
Aumento (diminuição) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	162.517	189.789
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	960.187	770.398
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.122.704	960.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(Valores expressos em milhares de reais, excetoquando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad é uma associação civil, de natureza privada, sem fins lucrativos, constituída por sociedade de direito de autor e dos que lhe são conexos, criada pela Lei Federal nº 5.988/73 e mantida pela Lei de direitos autorais brasileira nº 9.610/88, atualizada pela nova Lei nº 12.853/13.

Seu objetivo principal é a arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e distribuição dos direitos autorais sobre as execuções musicais, ou litero-musicais e de fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o integram, conforme a seguir elencadas:

- ABRAMUS – Associação Brasileira de Música e Artes
- AMAR – Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes
- ASSIM – Associação de Intérpretes e Músicos
- SBACEM – Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música
- SICAM – Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais
- SOCINPRO – Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais
- UBC – União Brasileira de Compositores

Do total arrecadado, no período de janeiro a julho/2016, 80% destinou-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 6,12% às associações e 13,88% refere-se à taxa administrativa do Ecad. No período de agosto a dezembro/2016, 82,50% destinou-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 5,36% às associações e 12,14% refere-se à taxa administrativa do Ecad. Em ambos os períodos, os percentuais destinados aos detentores dos direitos autorais atendem ao artigo 99, parágrafo 4º da Lei nº 12.853/13.

Todo o passivo de direitos autorais a ser distribuído aos titulares e as associações foi atualizado de acordo com os novos percentuais definidos a partir de agosto de 2016.

Apenas os valores arrecadados correspondentes aos direitos autorais recebidos de associações nacionais, cujo montante é proveniente do exterior e os valores arrecadados relativos ao segmento Web, recebem taxa administrativa diferenciada. No caso dos valores provenientes do exterior, no período de janeiro a julho/2016, 86,94% destinou-se aos detentores dos direitos autorais, 6,12% às associações e 6,94% ao Ecad. No período de agosto a dezembro/2016, 88,57% destinou-se aos detentores dos direitos autorais, 5,36% às associações e 6,07% ao Ecad. Já com relação aos valores arrecadados relativos ao segmento Web, no período de janeiro a julho/2016, 90,00% destinou-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 3,06% às associações e 6,94% refere-se à taxa administrativa do Ecad e no período de agosto a dezembro/2016, 91,25% destinou-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 2,68% às associações e 6,07% refere-se à taxa administrativa do Ecad, conforme deliberação da Assembleia Geral na ata 458ª de 24 de maio de 2016.

Os valores arrecadados, enquanto não distribuídos, são aplicados pela entidade no mercado financeiro e a receita auferida é distribuída, de acordo com os mesmos percentuais descritos no parágrafo anterior.

De acordo com o parágrafo 4º do artigo 99 da Lei nº 12.853 de 14 de agosto de 2013, a parcela destinada à distribuição aos autores e demais titulares de direitos não poderá, em um ano da data de publicação da referida Lei, ser inferior a 77,5% dos valores arrecadados, aumentando-se tal parcela à razão de 2,5% a.a., até que, em 4 anos da data de publicação da citada Lei, ela não seja inferior a 85% dos valores arrecadados.

A redução do percentual de participação do Ecad em 2,5% ao ano (R\$ 14.219), o aumento considerável de Outras Despesas Operacionais em 2015 e 2016, em decorrência da atualização de todo o Passivo a distribuir (R\$ 11.173), a redução da taxa de administração sobre os valores arrecadados no segmento Web em 2016 (R\$ 510) e as rescisões de contrato de colaboradores conforme Atas 454ª e 467ª (R\$ 6.971), provocaram uma redução considerável do Superavit do exercício de 2015 em relação a exercícios anteriores e resultaram em Deficit no exercício de 2016.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade, findas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), exceto quanto:

- Pronunciamento Técnico CPC 30: Em função das características do negócio da entidade, a receita de arrecadação é reconhecida por regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento, enquanto que as práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no resultado pelo regime de competência. Consequentemente, os valores representativos dos direitos arrecadados a distribuir e das receitas de taxas de arrecadação correspondem às importâncias identificadas, sobre as quais a entidade pode exercer o efetivo controle.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A administração do Ecad, aprovou e autorizou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em 06 de março de 2017.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b. Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela entidade como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c. Arrecadações a receber

Representados por valores referentes às arrecadações de final do mês, não liberados pelo Banco Bradesco, até o encerramento do exercício social. Estão registradas pelo valor de emissão.

d. Imobilizado

Bens móveis e imóveis, registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

e. Intangível

Sob este título estão registrados os bens relativos a aquisições de Direitos de Uso de Sistemas (softwares), Marcas e Patentes e Sistemas de Monitoramento – Cia Rádio, Cia Audiovisual e Cia Obra Musical (desenvolvidos internamente), demonstrados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido da amortização acumulada.

f. Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas, não excedendo seus correspondentes valores de realização.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Estão registrados pelo seu valor estimado de realização e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata-die”.

h. Classificação de itens circulantes e não circulantes

Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

i. Apuração do resultado

Grande parte da receita de arrecadação é registrada pelo regime de caixa, tendo em vista que a operacionalidade normal da entidade, para efeito do repasse aos seus respectivos titulares, reconhece somente os valores de arrecadação efetivamente recebidos.

A entidade reconhece somente a parcela própria das receitas de arrecadação e das receitas de aplicação financeira no resultado.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas e custos são reconhecidos somente quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e os valores podem ser razoavelmente mensurados.

j. Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi instituída, a entidade possui isenção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3.000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos.

k. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 17.

I. Participação nos resultados

A entidade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos empregados, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no Acordo Coletivo de Trabalho.

m. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela entidade são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a entidade não possui instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, no caso da entidade, compreendem substancialmente as aplicações financeiras (notas explicativas nº 3 e nº 8).

Passivos financeiros

Representados substancialmente pelos direitos arrecadados a distribuir (nota explicativa nº 14), são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias incorridos até as datas das demonstrações contábeis e registrados na rubrica receitas financeiras a distribuir (nota explicativa nº 15).

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a entidade não possui instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações contábeis.

n. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

o. Demonstração do Resultado Abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que não existem itens que devessem ser tratados nesta demonstração.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte de Administração da entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir destas estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. No caso da entidade o principal julgamento e estimativa contábil refere-se às provisões para riscos cíveis e trabalhistas, conforme segue:

- Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos.
- Depreciação e amortização: A entidade revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível de vida útil definida, conforme notas explicativas nº 9 e nº 10.

2.4. Novas normas contábeis que entrarão em vigor após 2016

A entidade está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2016 (ainda sem correspondente no CPC), que entrarão em vigor após o exercício de 2016:

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.
- **IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa:** Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Fundo fixo	15	21
Bancos conta movimento	351	93
Aplicações financeiras	1.122.338	960.073
Total	1.122.704	960.187

A composição das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

Banco	Tipo	2016	2015
Santander	Compromissada (Debêntures)	47.082	152.349
HSBC	Fundos de Investimentos	-	191
HSBC	CDB	-	57
Bradesco	Fundos de Investimentos	-	300.759
Bradesco	C/C Remunerada	-	117
Bradesco	Capitalização	4.324	5.435
Bradesco	CDB	5.381	2.017
Bradesco	Compromissada (Debêntures)	515.511	132.015
Caixa Econômica Federal	CDB	550.040	367.133
Total		1.122.338	960.073

As aplicações financeiras estão compostas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, com remuneração pós fixada e com taxas superiores a 100% do CDI – Certificados de Depósitos Bancários, Compromissadas (Debêntures), Fundos de investimentos, conta corrente remunerada e títulos de capitalização. Estão registradas ao custo histórico acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4 ARRECADAÇÃO A RECEBER

Refere-se a valores pendentes em 31 de dezembro na cobrança bancária, em função de recebimento da cobrança em D+1.

A composição é a seguinte:

Banco	2016	2015
Bradesco	2.657	3.118
Total	2.657	3.118

5 ADIANTAMENTOS ÀS ASSOCIAÇÕES

De acordo com o Regulamento de Distribuição da entidade, nos meses em que não houver distribuição trimestral, o Ecad repassará às associações antecipações da distribuição. Os valores das antecipações serão calculados na base de 1/3 do total dos valores repassados na distribuição do trimestre imediatamente anterior, sendo descontado no repasse da distribuição trimestral subsequente.

A composição de adiantamentos concedidos às associações pode ser demonstrada como segue:

Associação	2016	2015
ABRAC	6	6
ABRAMUS	25.928	21.953
AMAR	1.714	1.841
ASSIM	6.053	2.777
ATIDA	78	78
SADEMBRA	-	764
SBACEM	1.200	2.591
SICAM	852	695
SOCINPRO	4.111	3.290
UBC	29.201	23.796
Total	69.143	57.791

6 BLOQUEIOS JUDICIAIS

Refere-se a bloqueios judiciais em contas bancárias da entidade decorrentes de processos judiciais em andamento:

A composição de bloqueios judiciais é a seguinte:

Banco	2016	2015
Bradesco	251	60
HSBC	38	38
Banco do Brasil	11	2
Caixa Econômica Federal	6	-
Santander	-	1
Total	306	101

7 DIREITOS A RECEBER

Direitos	2016	2015
Direitos a Receber – Blessing – SBACEM (*)	1.385	-
Outros	145	145
Total	1.530	145
Circulante	223	-
Não circulante	1.307	145

(*) Valor relativo a percentual societário (corrigido) pago a SBACEM, que conforme deliberação de Assembleia Geral 464ª de 21 de setembro de 2016, deverá ser ressarcido ao Ecad em até 60 meses.

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS – NÃO CIRCULANTE

Do saldo de aplicações mantidas no Banco Bradesco em 31 de dezembro de 2016, a entidade possui um montante de R\$ 9.986 relativo a Carta de Fiança vinculadas a processos judiciais e contratos de locação e R\$ 4.613 relativo a Títulos de Capitalização com prazo de 24 meses, conforme abaixo demonstrado:

Aplicações	2016	2015
Descrição	BANCO BRADESCO	
Processo RBM Cinemas	85	76
Processo André Sperling	1.426	1.290
Processo CADE	682	612
Contratos de locação	7.793	8.487
Títulos de Capitalização	4.613	2.472
Total	14.599	12.937

9 IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2016				31/12/2015
	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	1,82% a 2,50%	1.166	393	773	798
Bens patrimoniais penhorados (a)	2,50%	1.398	352	1.046	1.082
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	3.998	1.502	2.496	1.328
Equipamentos de informática (b)	20% a 50%	26.566	15.398	11.168	7.697
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	688	609	79	111
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	60	17	43	41
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.186	843	1.343	993
Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado (c)	-	-	-	-	3.262
Total		36.062	19.114	16.948	15.312

Movimentação do Imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 31/12/2016
Imóveis	1,82% a 2,50%	798	-	-	-	(25)	773
Bens patrimoniais penhorados (a)	2,50%	1.082	-	-	-	(36)	1.046
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	1.328	1.434	(1)	(16)	(249)	2.496
Equipamentos de informática (b)	20% a 50%	7.697	3.609	3.262	(1)	(3.399)	11.168
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	111	34	(11)	(1)	(54)	79
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	41	-	8	-	(5)	43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	993	789	-	-	(439)	1.343
Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado	-	3.262	-	(3.262)	-	-	-
Total		15.312	5.866	(4)	(18)	(4.207)	16.948

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 31/12/2015
Imóveis	1,82% a 2,50%	823	-	-	-	(25)	798
Bens patrimoniais penhorados	2,50%	1.117	-	-	-	(35)	1.082
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	1.071	495	(2)	44	(192)	1.328
Equipamentos de informática	20% a 50%	5.877	4.249	-	127	(2.302)	7.697
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	114	69	2	17	(57)	111
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	18	27	-	1	(3)	41
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	337	791	-	-	(135)	993
Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado	-	-	3.262	-	-	-	3.262
Total		9.357	8.893	-	189	(2.750)	15.312

(a) Refere-se a penhora do imóvel localizado na Rua Guilhermina Guinle, 207 – Botafogo, para fazer face à ação judicial de natureza tributária movida pelo município do Rio de Janeiro. De acordo com os nossos advogados externos a possibilidade de perda dessa ação é possível, conforme demonstrada na nota explicativa nº 17.

(b) Os equipamentos de informática são compostos de servidores, computadores, impressoras, entre outros hardwares que estão alocados nas diversas unidades organizacionais da entidade. A aquisição relevante ocorrida em 2016 refere-se a equipamentos de grande porte para armazenamento em nuvem (Cloud) que será utilizado para backup das gravações geradas pelo Sistema de Monitoramento Cia Audiovisual.

10 INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2016				31/12/2015
	Taxa Anual	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas	20 a 33,33%	23.252	15.968	7.284	6.262
Sistema de monitoramento – Cia Rádio	10%	3.412	1.821	1.591	1.933
Sistema de monitoramento – Cia Audiovisual	10%	7.968	1.593	6.375	7.171
Sistema de monitoramento – Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical)	-	2.029	-	2.029	1.731
Adiantamento a fornecedores do Ativo Intangível (c)	-	-	-	-	2.313
Total		36.661	19.382	17.279	19.410

Movimentação do Intangível:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2016
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	6.262	3.727	2.317	(5.022)	7.284
Sistema de monitoramento – Cia Rádio (a)	10%	1.933	-	-	(342)	1.591
Sistema de monitoramento – Cia Audiovisual (b)	10%	7.171	-	-	(796)	6.375
Sistema de monitoramento – Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical) (c)	-	1.731	298	-	-	2.029
Adiantamento a fornecedores do ativo intangível	-	2.313	-	(2.313)	-	-
Total		19.410	4.025	4	(6.160)	17.279

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2015
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	4.748	3.458	-	(1.944)	6.262
Sistema de monitoramento – Cia Rádio	10%	2.274	-	-	(341)	1.933
Sistema de monitoramento – Cia Audiovisual	10%	7.812	156	-	(797)	7.171
Sistema de monitoramento – Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical)	-	688	1.043	-	-	1.731
Adiantamento a fornecedores do ativo intangível	-	-	2.313	-	-	2.313
Total		15.522	6.970	-	(3.082)	19.410

(a) Sistema informatizado desenvolvido pela entidade para monitoramento das atividades em rádios, concluído em 2011, sendo iniciada a sua amortização a partir da sua entrada em operação.

(b) Sistema informatizado desenvolvido pela entidade para monitoramento das atividades de Audiovisual, concluído e amortizado a partir de 2015.

(c) Sistema informatizado desenvolvido pela entidade para monitoramento das atividades de obras musicais, com expectativa para início de suas atividades no período entre 2017 e 2018.

11 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2016	2015
INSS a recolher sobre salários	1.129	1.301
FGTS a recolher sobre salários	385	439
PIS a recolher sobre folha de pagamento	64	73
IRRF sobre salários	660	702
IRRF sobre serviços de terceiros	20	23
PIS/ COFINS/ CSLL 4,65% sobre serviços de terceiros	70	79
ISS sobre prestação serviços de terceiros	2	7
Contribuição sindical/ assistencial	1	1
Total	2.331	2.625

12 DIREITOS ARRECADADOS A CLASSIFICAR

Representa o montante de arrecadação recebido, porém ainda não identificado o segmento, usuário e unidade da federação, já deduzido do percentual devido às associações (percentual societário das associações) e da taxa de administração da entidade.

13 PERCENTUAL SOCIETÁRIO DE ARRECADUÇÃO

Representa o percentual societário sobre a arrecadação a distribuir, conforme Lei nº 9.610/88, atualizada pela atual Lei nº 12.853/2013 em fase de identificação pela entidade, conforme abordado na nota explicativa nº 1.

14 DIREITOS ARRECADADOS A DISTRIBUIR

Representa o montante dos provisionamentos de arrecadação recebidos e identificados de acordo com as rubricas (segmentos), usuário e unidade da federação correspondentes. Está composto de créditos retidos a distribuir de períodos passados e do provisionamento a distribuir do período corrente, conforme Regulamento da Distribuição:

Rubrica	2016	2015
Músico executante	43.752	33.403
Show/ Eventos	63.858	61.012
Cinema	46.388	40.794
Carnaval	9.618	9.057
Atividades diversas	56	54
TV por Assinatura Audiovisual/ Planilha	185.414	148.534
Rádio AM/FM – Extra Rádio	8.121	7.790
TV Aberta Audiovisual/ Planilha	117	112
Outras emissoras audiovisual/ Planilha	5.349	5.880
Música ao Vivo	22.001	20.277
Festa Junina	1.143	850
Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG	162	169
Internet Simulcasting	375	450
Directv Audiovisual/ Planilha	723	2.246
TV Globo + Direitos Gerais	113.419	105.421
TV Record + Direitos Gerais	31.956	27.070
TV SBT + Direitos Gerais	19.661	12.655
TV Band + Direitos Gerais	19.825	18.538
Rádio Regionalizadas + Direitos Gerais	58.524	47.838
Internet Webcasting, Podcasting e Ambientação de Sites	1.975	1.917
Internet Youtube	375	429
Rede TV Audiovisual/ Planilha	-	138
Casas de Festas	17.731	15.586
Rede Mulher de Televisão – Record News	547	469
Record e TV Globo Internacional	148	98
Depósito em Consignação (titulares)	562	545
Casas de Diversão	19.726	17.220
Fundação Pe Anchieta – TV Cultura – Audiovisual/ Planilha	(65)	84
Fundação Casper Libero – TV Gazeta	1.090	916
RTV Canal 10	27	19
TV Ind. São José Rio Preto – Rede Vida	1.041	768
Cable Link Oper. Sinais TV – MIX TV	108	111
Rede Família de Comunicação (Audiovisual/ Planilha)	354	173
Rádio e TV OM. – CNT Curitiba – Audiovisual/ Planilha	1.181	850
Sonorização – Copas da FIFA	56	139
Extra Jet Radiofusão	-	740
TV Lages	51	343
Globo Acordo	17.871	22.891
Sky Acordo Audiovisual/ Planilha	8.507	15.064
Sonorização Ambiental	38.200	35.585
Show Conexo	416	580

Usuários gerais	45.073	41.368
Sonorização Fan Fest	85	102
Sonorização Tour da Taça	11	11
Net Acordo Planilha/ Audiovisual	10.172	12.461
Claro Acordo Planilha/ Audiovisual	6.379	8.021
Internet Simulcasting Regionalizada	2.701	2.016
Rádio e TV Brasil Oeste	56	82
Web – Spotify Brasil Serviços	2.858	1.394
Web – Deezer Music Brasil Ltda	109	253
M.V.R Comunicações Ltda	-	30
Web – Kboing Networks do Brasil	52	159
Web – Apple Inc. (Beats1)	19	-
Web – Vevo LLC	12	-
Web – Apple Inc. (Apple Music)	686	-
Web – Microsoft Corporation (Groove)	191	-
Web – Rádio Music	57	-
Grupo Música	6.452	-
Sonorização – Live Sites	1.416	-
Sonorização – Jogos Rio 2016	1.781	-
Sonorização – Revezamento da Tocha	869	-
Sonorização – Centros de Hospitalidade	232	-
Rádio e TV Tarobá Ltda	601	-
TV Pública (TV Brasil)	995	-
Serviços Digitais Streaming Audiovisual – Netflix Entretenimento Brasil Ltda	27.139	-
Liminar UBC – Embratel TV SAT / Claro TV	21.409	20.760
Liminar UBC – Net TV	30.938	30.000
Total	900.656	773.472

Rubrica	Período
Músico Executante (Regime de Competência)	Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.
	Mensalidade/Acordo: diversos períodos.
Show/ Eventos (Regime de Caixa)	À medida que tais valores sejam identificados pelas Áreas de Arrecadação e Distribuição, serão repassados às associações, corrigidos monetariamente. Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.
	Mensalidade/Acordo: diversos períodos.
Cinema (Regime de Caixa)	À medida que tais valores sejam identificados pelas Áreas de Arrecadação e Distribuição, serão repassados às associações, corrigidos monetariamente. Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.
	Mensalidade/Acordo: maio a dezembro do ano corrente.
Carnaval (Regime de Competência)	Crédito Retido: maio de 2015 a abril do ano corrente e períodos passados.
Atividades Diversas (Regime de Caixa)	Créditos Retidos de diversos períodos a serem repassados à medida que tais valores forem identificados. Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
TV por Assinatura Audiovisual/ Planilha (Regime de Competência)	Acordo: novembro a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: novembro de 2015 a outubro do ano corrente e períodos passados.
Rádio AM/FM – Extra Rádio (Regime de Competência)	Crédito Retido: período passados.
TV Aberta Audiovisual/Planilha	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Acordo: agosto de 2011 a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Música ao Vivo (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Festa Junina (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: setembro a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: setembro de 2015 a agosto do ano corrente e períodos passados.
Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: julho de 2015 a junho do ano corrente e períodos passados.
Internet Simulcasting (Regime de Competência)	Crédito Retido: janeiro a junho de 2014 e períodos passados.
Directv Audiovisual/ Planilha (Regime de Competência)	Crédito Retido: períodos passados.
TV Globo + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente.
TV Record + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Acordo: julho de 2013 a dezembro de 2014. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
TV SBT + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a novembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
TV Band + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Acordo: setembro de 2014 e janeiro a junho de 2015. Crédito Retido: outubro a dezembro de 2014 e períodos passados.
Rádios Regionalizadas + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Internet Webcasting, Podcasting e Ambientação de sites (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: janeiro a junho do ano corrente e períodos passados.
Internet Youtube (Regime de Competência)	Crédito Retido: julho a dezembro de 2012 e períodos passados.
Rede TV Planilha (Regime de Competência)	Mensalidade: março de 2008 a agosto de 2011 (Saldo em 2015).
Casas de Festas (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Rede Mulher de Televisão – Record News (Regime de Competência)	Acordo: dezembro de 2013 a novembro de 2014. Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Record/ TV Globo Internacional	Provisionamentos de outubro e dezembro do ano corrente.

Depósito em Consignação (titulares)	Representa depósito em consignação de titulares.
Casas de Diversão (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Fundação PE Anchieta – TV Cultura – Audiovisual/ Planilha (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
RTV Canal 10 (Regime de Competência)	Mensalidade: outubro de 2012 a novembro do ano corrente.
Televisão Independente São José do Rio Preto – Rede Vida (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Cable Link Operadora Sinais TV – Mix TV (Regime de Competência)	Crédito Retido: janeiro a março de 2015 e períodos passados.
Rede Família de Comunicação Audiovisual/ Planilha (Regime de Competência)	Acordo: novembro de 2015 a abril de 2016. Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Rádio e Televisão OM – CNT Curitiba – Audiovisual/ Planilha (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a setembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Sonorização Copas da FIFA (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: novembro de 2015 a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: setembro de 2014 a outubro de 2015.
Extra Jet Radiodifusão (Regime de Competência)	Acordo: janeiro de 2001 a fevereiro de 2008 e outubro de 2005 a janeiro de 2010 (Saldo em 2015).
TV Lages (Regime de Competência)	Acordo: julho de 2004 a agosto de 2006.
Globo Acordo (Regime de Competência)	Crédito Retido: julho de 2005 a outubro de 2013.
Sky Acordo Audiovisual/ Planilha (Regime de Competência)	Crédito Retido: janeiro de 2004 a dezembro de 2013.
Sonorização Ambiental (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Show Conexo (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.
Fundação Casper Libero – TV Gazeta (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
RTV Canal 10 (Regime de Competência)	Mensalidade: outubro de 2012 a novembro do ano corrente.
Usuários Gerais (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.
Sonorização Fan Fest (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: novembro de 2015 a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: setembro de 2014 a outubro de 2015 e períodos passados.
Sonorização Tour da Taça (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: novembro de 2015 a maio do ano corrente. Crédito Retido: setembro de 2014 a outubro de 2015 e períodos passados.
NET Acordo Planilha/ Audiovisual (Regime de Competência)	Crédito Retido: janeiro de 2004 a dezembro de 2013.
Claro Acordo Planilha/ Audiovisual (Regime de Competência)	Crédito Retido: dezembro de 2008 a dezembro de 2013.
Internet Simulcasting Regionalizada (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Rádio e TV Brasil Oeste (Regime de Competência)	Acordo: julho de 1999 a dezembro de 2014.
Web – Spotify Brasil Serviços (Regime de Caixa)	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente.
Web – Deezer Music Brasil Ltda (Regime de Caixa)	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente.
M.V.R. Comunicações Ltda (Regime de Competência)	Acordo: outubro de 2005 a setembro de 2009 (Saldo em 2015).
Web – Kboing Networks do Brasil (Regime de Caixa)	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente.
Web – Apple Inc. (Beats1) (Regime de Caixa)	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente.
Web – Vevo LLC (Regime de Caixa)	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente.
Web – Apple Inc. (Apple Music) (Regime de Caixa)	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente.
Web – Microsoft Corporation (Groove) (Regime de Caixa)	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente.
Web – Rádio Music (Regime de Caixa)	Mensalidade/Acordo: diversos períodos.
Grupo Música (Regime de Competência)	Crédito Retido: ano corrente.
Sonorização – Live Sites (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: maio a dezembro do ano corrente.
Sonorização – Jogos Rio 2016 (Regime de Competência)	Mensalidade/Acordo: maio a outubro do ano corrente.
Sonorização – Revezamento da Tocha (Regime de Competência)	Mensalidade: junho e setembro do ano corrente.
Sonorização – Centros de Hospitalidade (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente.
Rádio e TV Tarobá Ltda (Regime de Competência)	Acordo: agosto de 2005 a julho de 2010.
TV Pública (TV Brasil) (Regime de Competência)	Acordo: setembro de 2014 a julho de 2016.
Serviços Digitais Streaming Audiovisual – Netflix Entretenimento Brasil Ltda (Regime de Caixa)	Acordo: setembro de 2011 a setembro de 2016.
Liminar UBC – Embratel TV SAT / Claro TV	Vide item II quadro a seguir.
Liminar UBC – Net TV	Vide item II quadro a seguir.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentamos os valores resumidos por segmento:

I – Segmentos Show/ Eventos, Cinema, Web Grande Porte e Serviços Digitais Streaming Audiovisual:

Segmentos	Saldos em 31/12/2016
Show/ Eventos	63.858
Cinema	46.388
Web Grande Porte	3.984
S.D. Streaming Audiovisual	27.139
Subtotal (i)	141.369

II – Demais Segmentos:

	Saldos em 31/12/2016
Créditos retidos de períodos passados/ Correntes/ Reservas Técnicas	341.351
Provisionamentos (Mensalidade/acordo) a processar (Distribuição) de períodos passados e correntes	365.590
Liminar – Embratel TVSAT – Claro TV (ii)	21.409
Liminar – Net TV (ii)	30.937
Subtotal	759.287

Total Geral	900.656
-------------	---------

(i) Diversos Períodos (Mensalidade/Acordo) – A medida que tais valores sejam identificados pelas Áreas de Arrecadação e Distribuição, serão repassados as associações, corrigidos monetariamente.

(ii) Ação movida pela UBC a fim de evitar a aplicação da alteração dos critérios de distribuição dos valores decorrentes da arrecadação de TV por Assinatura e dos acordos firmados com as TVs por assinatura Net e Claro, tendo em vista não estar de acordo com os novos percentuais definidos e aprovados pelas demais associações na Assembleia Geral de 16 de outubro de 2014. A decisão liminar determinou que “permanença bloqueado no Ecad o valor equivalente a 30% (trinta por cento) da verba de distribuição relativa aos direitos decorrentes da arrecadação da Net e da Claro relativo ao período de janeiro de 2004 a novembro de 2013, sob pena de multa no valor equivalente a cada valor distribuído em descumprimento desta decisão”.

A decisão liminar é específica ao determinar o bloqueio somente sobre a distribuição dos valores arrecadados em decorrência dos acordos da Net e Claro. Portanto, o bloqueio não se estende aos valores arrecadados em correspondentes as mensalidades pagas pelas TVs fechadas, que foram distribuídos conforme a nova regra. Não houve recurso por parte do Ecad ou das associações quanto a decisão liminar, tendo sido realizado o bloqueio dos valores tal como determinado, ou seja, de 30% da verba decorrente dos acordos Net e Claro. Em consequência, os valores bloqueados estão retidos junto ao Ecad e esta posição já foi informada ao Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

15 RECEITAS FINANCEIRAS A DISTRIBUIR

Representa os rendimentos das aplicações financeiras auferidas, a distribuir aos detentores dos direitos autorais e às associações, quando ocorrem os repasses.

16 PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2016	2015
Provisão para férias	4.251	4.033
Encargos sobre férias	1.458	1.368
Total	5.709	5.401

Calculada de acordo com o período aquisitivo de cada empregado, acrescidos dos encargos sociais.

17 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Composição dos saldos conforme abaixo demonstrado:

	2016	2015
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis		
Trabalhistas (a)	535	1.374
Cíveis (b)	7.481	5.929
Total	8.016	7.303

	2016	2015
Depósitos judiciais		
Depósitos judiciais trabalhistas	245	747
Depósitos judiciais tributários	1.444	1.483
Depósitos judiciais cíveis	-	27
Total	1.689	2.257

a. Trabalhistas

O saldo relativo às ações de natureza trabalhistas é referente aos processos propostos por empregados e terceirizados, versando sobre verbas de cunho salarial, deduzido dos respectivos depósitos judiciais avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da entidade.

b. Cíveis

O saldo relativo às ações cíveis é referente aos processos relativos a indenizações por danos morais e materiais, movidos por terceiros, avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da entidade.

c. Perdas possíveis

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos da entidade, com probabilidade de perda possível não foram provisionados, mas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, devem ser divulgados.

Com base no parecer dos assessores jurídicos da entidade, os processos são os seguintes:

Descrição	2016	2015
Trabalhistas	2.433	1.211
Tributárias	28.737	31.101
Cíveis	38.835	36.044
Total	70.005	68.356

Dentre as ações com probabilidade de perda possível, destacamos de acordo com a sua relevância:

- O processo cível nº 0008803-76.2014.8.19.0001, tendo como natureza ação com pedido de arbitramento de honorários advocatícios. No momento o processo aguarda esclarecimentos periciais. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado da causa é da ordem de R\$ 35.804.
- O processo administrativo tributário nº 12448728525/2013-66, tendo como parte adversa a Receita Federal no Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação a perda da isenção de IR, CSLL, COFINS e diferença do PIS, relativos ao ano base de 2009. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado da causa monta em R\$ 13.851.

Seu estágio atual aguarda decisão de 2ª instância administrativa nas impugnações apresentadas pelo Ecad contra Ato Declaratório de 25/02/2014 e o Auto de Infração lavrado em 26/05/2014.

De acordo com o parecer de nossos consultores jurídicos, apesar de a possibilidade de perda ser possível, eventual decisão administrativa que seja proferida no referido processo e convalide a exigência fiscal, poderá ser utilizada pela fiscalização para lavrar novos autos de infração de períodos posteriores, desde que seja observado prazo decadencial de 05 anos e seja expedido Ato Declaratório Executivo, que revogue a isenção e demais benefícios fiscais.

- A execução fiscal nº 0075860-19.2011.8.19.0001, tendo como parte adversa o Município do Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação o ISS, tendo sido efetuada penhora do imóvel situado a Rua Guilhermina Guinle, 207 oferecido em garantia do débito objeto da execução fiscal. Em 17/11/2016, foi interposto Recurso Especial ao STJ pelo Município do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado da causa é de R\$ 8.956.

d. Ativo contingente

A entidade é autora em diversos processos de natureza cível visando o recebimento dos direitos autorais sobre as execuções musicais, e de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos possuem possibilidade de êxito, porém não registrado conforme determinada o CPC 25.

Em 31 de dezembro de 2016, temos 164 processos com expectativa de êxito futuro estimado em R\$ 118.392 (R\$ 113.620 em 2015).

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da entidade no montante de R\$ 58 (R\$ 58 em 2015) é compreendido por doações das Sociedades fundadoras.

19 RECEITA OPERACIONAL

	2016	2015
Receitas de Arrecadação		
Taxa de administração – Arrecadação nacional	135.532	149.753
Taxa de administração – Arrecadação nacional Web	510	-
Taxa de administração – Arrecadação estrangeira	41	39
Total	136.083	149.792

	2016	2015
Receita financeira		
Taxa de administração – financeira	18.359	16.820

20 DESPESAS COM PESSOAL

	2016	2015
Pessoal	54.438	51.741
Férias e 13º salário	8.446	7.600
Estagiários	20	164
Assistência médica	7.101	6.937
Encargo trabalhista (FGTS/ PIS)	4.066	5.015
Contribuição previdenciária	12.324	12.915
Total	86.395	84.372

21 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Serviços de terceiros, consultorias e assessorias	13.712	18.738
Viagens e deslocamento	1.232	1.895
Materiais de manutenção	641	756
Comunicação e publicidade	159	315
Conservação e manutenção	4.581	4.572
Locações diversas	7.543	6.341
Comunicações/ telefones	4.519	4.280
Treinamentos	229	410
Outras despesas administrativas	8.586	9.871
Total	41.202	47.178

22 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2016	2015
IR sobre Aplicações Financeiras	3.101	3.057
IPTU	312	346
Contribuição Sindical Patronal	65	98
Taxas e licenças	23	23
Total	3.501	3.524

23 DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Cobrança escritural (*)	960	978
Comissão sobre fiança	-	1
Juros e multas	6	10
Despesas bancárias	6	4
Imposto sobre operação de câmbio	1	7
Total	973	1.000

(*) Boletos bancários emitidos para usuários de música quitarem direitos autorais de execução pública musical.

24 DESPESAS COM CARNAVAL

	2016	2015
Carnaval arrecadação	48	67
Carnaval distribuição	162	164
Total	210	231

25 REVERSÃO / CONSTITUIÇÃO PROVISÕES PARA PERDAS

	2016	2015
Trabalhistas	508	(524)
Tributárias	-	5.730
Cíveis / Autorais	(1.670)	4
Total	(1.162)	5.210

26 OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2016	2015
Perdas diversas	(2)	(14)
Bens de pequeno valor não imobilizado	(150)	(342)
Baixa do ativo imobilizado	(19)	(189)
Varição percentual societário (*)	(12.116)	(23.289)
Receita de sucumbência de processo autoral	54	43
Recuperação de custas judiciais	819	403
Receita contrato de fidelização bancária	40	40
Amortização do intangível	(6.160)	(3.082)
Depreciação do imobilizado	(4.207)	(2.750)
Outras receitas	139	697
TOTAL	(21.602)	(28.483)

(*) Esse valor refere-se à variação líquida do percentual titular (despesa) / societário (receita) ocorrido no mês de agosto de 2015 e nos meses de janeiro e agosto de 2016, com efeito retroativo para os valores arrecadados e ainda a distribuir, em decorrência das mudanças de taxa de administração de arrecadação e financeira de 15,61% para 13,11% em agosto de 2015, de 13,11% para 13,88%, bem como a alteração do percentual societário de 6,89% para 6,12% em janeiro de 2016 e de 13,88% para 12,14%, bem como a alteração do percentual societário de 6,12% para 5,36% em agosto de 2016 (vide nota explicativa nº 1).

27 SEGUROS CONTRATADOS

A entidade mantém cobertura de seguro em todo o Brasil para os bens patrimoniais, com base na apólice nº 180 0000214548, com vigência de 30/06/2016 a 30/06/2017, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos registrados, com limite máximo de responsabilidade no valor total de R\$ 60.000.

Não faz parte do escopo dos auditores independentes opinar sobre a cobertura de seguros.

As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Prédios, Móveis e Utensílios, Equipamentos e Periféricos
Incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	18.500
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo	570
Danos elétricos	1.000
Tumultos, greves, lockout e atos dolosos	572
Roubo ou furto mediante arrombamento	550
Quebra de vidros, espelhos, mármore	86
Vazamentos de chuveiros automáticos	1.430
Equipamentos eletrônicos	7.000
Recomposição de registros e documentos	1.100
Aluguel – perda ou pagamento, em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	2.420
Responsabilidade civil – operações	1.100
Responsabilidade civil – empregador	550
Impacto de veículos	100

28 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da entidade está sob a responsabilidade dos gerentes executivos das áreas, Arrecadação, Distribuição, Administrativa Financeira, Jurídica, Tecnologia da Informação, Operações, Recursos Humano, Marketing e Superintendência, todos empregados sob regime de CLT, os quais executam o orçamento operacional da entidade, devidamente aprovado pela Assembleia das Sociedades Dirigentes.

A remuneração paga aos gerentes executivos, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2016	2015
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	11.059	10.086

29 PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS RESULTADOS

Para proporcionar ainda maior incentivo, através de premiação aos esforços coletivos de todos os seus empregados, em prol do aumento de produtividade e de sua performance global, de acordo com o seu Acordo Coletivo de Trabalho, o Ecad instituiu o Programa de Participação nos Resultados – PPR.

Todos os empregados do Ecad serão beneficiários do Programa de Participação nos Resultados, fazendo jus à verba intitulada Premiação Global, desde que sejam atendidas determinadas metas e condições.

Em 31 de dezembro de 2016, a entidade provisionou a título de PPR o montante de R\$ 4.412 (R\$ 6.816 em 31 de dezembro de 2015).

Mario Jorge Taborda Lopes
Contador – CRC 042.596/O-4

Gloria Cristina Rocha Braga
Superintendente-Executiva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Associados e Administradores do
Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad** (“entidade”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, a entidade reconhece a receita de arrecadação pelo regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento. Entretanto, as práticas contábeis adotadas no Brasil, determinam o reconhecimento das receitas no resultado do exercício pelo regime de competência. Não foi possível, com base nos procedimentos de auditoria, quantificar os efeitos da adoção dessa prática sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Conforme a Nota Explicativa nº 17.c, está em trâmite processo administrativo tributário junto a Secretária da Receita Federal com objeto de ação da perda de isenção de determinados tributos (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e diferença do Programa de Integração Social (PIS)), relativos ao ano-base de 2009, com valor atualizado da causa no montante de R\$ 13.851 mil. Dependendo de decisão até a última esfera, poderá haver impacto em períodos posteriores a esta ação para períodos não prescritos ou fiscalizados. De acordo com os assessores jurídicos da entidade, a probabilidade de perda é possível. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, a entidade reconhece sua receita de arrecadação pelo regime de caixa. Concluímos que as informações contábeis constantes do Relatório da Administração apresentam a mesma distorção descrita na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 14 de março de 2016, contendo modificação quanto ao assunto mencionado no parágrafo da “Base para a opinião com ressalva” e quanto falta até 31 de dezembro de 2014 do registro da depreciação sobre os bens de seu ativo imobilizado, não elaboração de estudo específico quanto à análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (“impairment”), falta de revisão da expectativa de vida útil econômica do ativo imobilizado e intangível, bem como o valor residual dos bens (parcela não depreciável) do ativo imobilizado e intangível. A partir de 1º de janeiro de 2015, a entidade passou a depreciar os seus bens com base na expectativa de vida útil econômica do ativo imobilizado e intangível, regularizando os assuntos supramencionados, além de despesas com pagamento de comissões de agências autônomas, no montante de R\$ 480 mil, cuja competência era de dezembro de 2014, foram reconhecidas no patrimônio líquido do exercício de 2015.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 “S” – RJ